

Cultura Nacional e Geopolítica Brasileira: O Pensamento Social na Geopolítica Nacional

National Culture and Brazilian Geopolitics: The Social Thought in National Geopolitics

José Alexandre Altahyde Hage*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 19 a 26]

Embora o terreno adotado neste ensaio possa ser movediço, podendo colocar em risco os esforços aqui empregados, mesmo assim, mantêm-se a intenção de aliar cultura nacional à geopolítica. Se geopolítica é, antes de tudo, expressão política proveniente da realidade geográfica ela deve significar também atividade intelectual com a qual o Estado avalia sua posição e possibilidades de ganhos na arena internacional. A maneira como a unidade política se enxerga e concebe o futuro não deve ser separada do quantum cultural, de seu teor valorativo e de experiências que podem dirigir as elites políticas à efetivação de objetivos – considerando que o agrupamento dirigente simbolize a vontade nacional. É a “ideia da raça brasileira e sua expressão diferenciadora de cultura, da qual todos se orgulham, porque não é cúpida como a anglo-saxã, nem a um tempo fraca e soberba como a hispano-americana” (FERREIRA, 2001: 72).

A percepção que as elites políticas e culturais tinham do Brasil no sistema internacional não deixava de ser o outro lado da moeda, a saber, a maneira com a qual o País era compreendido pelos letrados e estudiosos nacionais e estrangeiros no aspecto doméstico. Antes de o Brasil angariar posição externa ele deveria, antes de tudo, ser consolidado pelas instituições nacionais de modo geral. Em outro aspecto, as classes dirigentes deveriam fazer aquilo que seria o cimento da nacionalidade, tão cara ao pensamento geopolítico: universalizar a ideia de nação, de algo crível, para toda a sociedade. De modo reto, o Brasil teria de existir validamente para sua sociedade antes de ser ente internacional.

Apesar das questões de *identidades nacionais* (melhor no plural) poderem ser abstratas por estar relativamente distante no tempo, segunda metade do século XIX, é congruente que elas sejam comentadas para compreensão do pensamento geopolítico brasileiro. É fato que não há mais lugar para pensar se o Brasil deu certo ou se está em via de sê-lo. O exercício intelectual sobre a formação do Estado brasileiro, suas implicações e dificuldades, é algo constante em virtude de ser tema corrente nas universidades nacionais. Porém, os estudos atuais dedicados a essa questão não chegam a concluir o infortúnio brasileiro, um país que não deu certo, a não ser em termos jocosos ou de galhofa.

O moderno Estado brasileiro com suas dificuldades e avanços normais nos âmbitos doméstico e internacional, com dificuldades regulares em qualquer atividade política de alto grau resulta, em parte, dos movimentados debates políticos-culturais e reflexões que tiveram vez na segunda metade do século XIX, cujo ápice se deu no

* Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (alexandrehage@hotmail.com).

advento do regime republicano. As perguntas mais incisivas que se faziam nas incursões teóricas entre as classes dirigentes e intelectuais eram como fazer com que o Brasil fosse viável. A dúvida não pairava somente no País, mas na própria faixa equatorial de terras quentes.

Em época de crescente valorização dos argumentos científicos, racionais e exatos, levavam-se em consideração itens exteriores e interiores dos quais os países tropicais não tinham controle. É rica a história da ciência que abarca os principais estudiosos e teóricos de concepções naturalistas e racistas que acreditavam nos efeitos inexoráveis do clima e da geologia sobre a formação dos povos. De modo resumido e arbitrário, neste ensaio são citados alguns clássicos do pensamento político e social que grande peso tiveram na evolução intelectual dos países posteriormente denominados periféricos ou pobres.

Em Montesquieu aparece a máxima segundo a qual não haveria progresso material e moral fora da Europa, diga-se da parte setentrional. A sorte dos povos estaria ligada à temperatura da região e dela se extrairia a fortuna ou a desgraça das nações. No *O Espírito das Leis* (de 1748) o mundo tropical não avançaria porque o clima quente seria inapropriado para a existência de civilizações avançadas a exemplo da europeia. A razão para isso se encontraria no amolecimento intelectual e físico dos homens que, paradoxalmente, não teriam de lutar arduamente contra as intempéries do meio, portanto não progrediria técnica e fisicamente para vencer as dificuldades salutares para a progresso humano. Os trópicos, pródigos e generosos pela natureza, forneceriam o mínimo para a sobrevivência:

“Nos países quentes, o relaxamento das fibras produz uma grande transpiração dos líquidos, mas as partes sólidas diluem-se menos. As fibras, que possuem apenas uma ação muito fraca e pouca flexibilidade, quase não se desgastam; pouco suco nutritivo basta para reparar-los. Come-se, portanto, muito pouco nesses lugares” (MONTESQUIEU, 1973: 214).

Na facilidade de vivência existiria a preguiça e a falta de vigor, já que “se plantando tudo dá”, conforme a informação de Caminha sobre a descoberta do Brasil. Por ser região quente os povos localizados na faixa tropical teriam também determinadas formas de governo e de sociabilidade. Ao contrário da Europa temperada os trópicos não poderiam assistir a governos democráticos e livres. China, Turquia e Pérsia, notadamente, teriam de ser governadas por meios despóticos e sua relação socioeconômica não poderia ser outra forma que não a escravidão. O motivo é que a formação de Estados no hemisfério sul teria também de obedecer a certos determinismos.

Na faixa quente do mundo os Estados tenderiam a ser muito grandes territorialmente, contrariando as pequenas monarquias europeias. A amplidão geográfica exigiria economia agrária, cuja produção se daria em larga escala em virtude de benefícios climáticos (as commodities no século XX). O tipo de mão de obra pertinente para aquela situação seria a escrava ou de servidão; logo a administração deveria ser autoritária e o regime de governo despótico, como é bem conhecido nas maiores unidades da faixa tropical, por isso Montesquieu cita Turquia e Índia (MONTESQUIEU, 1973: 212).

Sobre esse feito o francês chega a ser dual à medida que contrapõe o futuro conceito Norte e Sul tão ao gosto da política internacional da segunda parte do século XX. O primeiro polo é industrioso, o povo é amante das liberdades e a forma de governo é a monarquia constitucional, não tendo o autor oposição marcante à república, pois tanto na primeira quanto na segunda o que impera é a virtude, o sentimento de civilidade e cuidado com a coisa pública. No Sul o quadro muda de imagem. Na parte meridional do Globo, onde está o Novo Mundo, as unidades políticas (a exemplo de Aron, 1986: 51) são imensas, não há criatividade popular, que só reproduz o que é feito no Norte. A forma de governo não é democrática, portanto nessas áreas não pode haver virtude nem defesa da liberdade:

“Tais regiões férteis são planícies onde nada se pode disputar ao mais forte; está-se, portanto, submetido a ele, quando se lhe está submetido, o espírito de liberdade não poderá surgir. Os bens agrários são um penhor da fidelidade. Mas, nas regiões montanhosas, pode-se e tem pouco a conservar. A liberdade, ou seja, o governo no qual nos comprazemos é o único bem que merece ser defendido” (MONTESQUIEU, 1973: 255).

Mesmo que a má vontade do nobre francês estivesse um pouco longe no tempo ele não deixou de influenciar o pessimismo tanto das classes dirigentes e intelectuais brasileiras quanto dos estudiosos, políticos e diplomatas europeus. A cena geográfica continuava a mesma, as mudanças se davam somente nas peças. Em acréscimo aos antigos, quentes e despóticos impérios asiáticos havia o II reinado brasileiro movido por sentimentos às vezes amorfos de otimismo e pessimismo, dando mais espaço ao segundo. Afinal, o Brasil agregava os itens mais “nefastos” da contabilidade política e social do Velho Mundo: calor tropical, economia escravocrata e população nativa, por isso os ecos de Montesquieu ainda podiam ser ouvidos por seus seguidores: Buffon e Gustave Le Bon.

É como se houvesse o paradoxo do *iluminismo* em que só haveria aprendizado para alguns escolhidos. Em um tempo em que se acreditava na razão como instrumento de libertação das amarras tradicionais e preconceitos o hemisfério sul poderia se considerar fora daquele progresso mental. Immanuel Kant (1784), que talvez não tenha nada a ver com isso, era da opinião de que o Iluminismo significava passar da fase de menoridade para a maioridade; de irresponsável para responsável pelo próprio destino (KANT, 1995: 17). Dependendo da forma como tal enunciado pudesse ser lido poderia-se levar à conclusão que os trópicos necessitariam ainda de tutores para conduzi-los a um nível superior de civilização por causa da ausência de itens regulares da cultura ocidental.

Sobre isso pode-se dizer que foi feliz Roberto Ventura ao examinar, em *Estilo Tropical*, o cotidiano dos debates e conflitos intelectuais e culturais a respeito do destino do Brasil como Estado viável. Autores evolucionistas, de vários níveis, lidos no Rio de Janeiro do final do século XIX, são esmiuçados como representantes de um conflito que ganhou azo nos principais centros de aprendizagem do Brasil, principalmente a Faculdade de Direito do Recife, talvez o lugar mais fértil para articulação de ideias naquela época. A questão que emergia era: como o Brasil pode ser crível se ele não produz cultura, não concebe literatura que, em essência, represente o estado de espírito de um povo?

A literatura não seria expressão menor do Estado, um diletantismo de setores privilegiados da sociedade. Ao contrário, ela indicaria o nível de sofisticação cultural de um povo e o vínculo que ele teria com a civilização adiantada. Eis o ponto, civilização que a partir da produção literária, entre outras coisas, ligaria o Brasil aos grandes centros culturais da Europa. Desse modo, o País se abasteceria de aprendizado, visto que seu quantum era baixo em virtude das peculiaridades nacionais que deveriam ser examinadas com calma, pois suas características podiam ser suficientes para botar o Brasil no campo da originalidade nacional ou para reforçar o pessimismo de plantão (VENTURA, 1991: 11).

O determinismo climático não reinava sozinho para o reforço negativo contra um Brasil tropical. Além de apresentar clima quente a população brasileira tinha nos brancos europeus a menor parte. Uma sociedade cuja maior parcela era composta de escravos, mestiços de negros e de índios, indicava sinais de que a questão do calor seria problema pequeno. Com o posterior descrédito do determinismo climático ganhou dimensão o racial, jogando pesado na premissa segundo a qual um país não poderia vingar com populações atrasadas na evolução civilizacional, sendo que o branco português também não ajudaria muito, visto que sua gênese é mais árabe e africana do que propriamente europeia.

A faculdade de direito da capital pernambucana agregava um grupo de estudiosos com supostos pontos em comum sobre a compreensão dos problemas nacionais; a *Escola do Recife*, que teve como representantes mais evidentes, Silvio Romero e Tobias Barreto. Os pontos mais prementes que atraíam atenção daqueles intelectuais

eram por que a imagem internacional do Brasil não era positiva igual a dos Estados Unidos. Os efeitos do determinismo climático havia perdido força, mas continuava sendo ponto de partida para que estudiosos estrangeiros, nomeadamente o diplomata francês Arthur de Gobineau, defendessem teorias racistas contra a maior parte da população brasileira.

Gobineau, por si, mereceria estudo à parte. Muito próximo de Dom Pedro II, a quem considerava amigo culto e isolado no meio da mediocridade tropical, o diplomata imaginava o Brasil como experiência que não poderia lograr nada propício à civilização ocidental. Fazendo uso de um tipo de antropologia a interpretação racista dele não enxergava viabilidade naquilo que era considerado o grande malogro brasileiro: a miscigenação entre povos naturalmente atrasados. Miscigenação que neutralizaria o que poderia haver de bom em uma das raças e dar vazão às partes nocivas, por isso o brasileiro médio tenderia para a degeneração, como a indolência, a ignorância e doenças mentais (VENTURA, 1991: 56).

Por trás de teorias racistas e deterministas não deixava de haver posturas expansionistas ou de preeminência política e econômica da Europa Ocidental sobre os “territórios infortunados”, estando neles o Brasil. Um país de difícil manutenção na política do poder teria de ter suas atividades governamentais chanceladas pelas grandes potências. Caminhando por vias indiretas aquelas ideias podiam ser convenientes para se concluir que os países do hemisfério sul não teriam condições suficientes para a independência em todos os aspectos. Prova disso foi o contencioso britânico que enxergava o Brasil como unidade subordinada e sem condições políticas para utilizar sua própria justiça contra estrangeiros. A *Questão Christie*, de 1862 a 1865, marca bem esse propósito.

Desconfortavelmente escritores como Silvio Romero e Joaquim Nabuco não podiam trabalhar para que houvesse genuína cultura literária brasileira, valorizando o “fator diferenciação nacional”, o homem racialmente híbrido e a peculiaridade tropical, e ao mesmo tempo marcar distância das influências europeias que historicamente forneciam argumentos e visão de mundo para que estudiosos brasileiros se formassem e reproduzissem as conquistas, avanços técnicos e culturais europeus. Sobre esse item a figura de Romero é complexa. Ao contrário de Nabuco, um aristocrata, diplomata na Grã-Bretanha, que se enxergava como cosmopolita, o primeiro teria sua cultura adquirida no Recife e no Rio de Janeiro, por isso sua posição *híbrida* também nas ideias.

Em outras palavras, Romero não negava as influências sociais e políticas europeias. Recebia e retrabalhava o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo, justamente para deles extrair o que podia ser empregado no Brasil e desprezar o que não servia, mesmo com autores que ele gostava, a exemplo de Gobineau. Do propagandista francês o sergipano admitia o papel transformador da miscigenação e do português como povo lutador, mas se afastava do mestre no que se correspondia ao racismo e ao obrigatório malogro do homem tropical. Examinar um pouco mais Romero é aceitar seu lugar de destaque no campo intelectual brasileiro do início do século XX, junto com Euclides da Cunha e Alberto Torres. É desses autores que se parte para compreensão do Brasil como país em dilema: que tipo de civilização, que progresso, que cultura? Romero escreve:

“Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nesta terra e ao qual se associou, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens” (ROMERO, 1979: 210/11).

Por isso a literatura seria o produto acabado da inteligência nacional. Não se deve entender por literatura apenas a descrição de uma ficção, um relato que deveria obedecer a estilos ou escolas, naturalismo, romantismo ou realismo. A literatura teria, além disso, o papel de revelar o insumo da cultura de um povo, seus valores e sua

concepção de vida. Desse pressuposto se desdobraria e se complementaria as teorias sociais vigentes. A leitura de um romance não demonstraria apenas o estilo adotado pelo autor, mas também o teor de ideias políticas e sociais que davam razão de ser do texto. O enredo da estória e a psicologia das personagens seriam meios de compreender o país e sua sociedade.

O problema de fundo é que para o pensamento social e político da época, segunda metade do século XIX e parte do posterior, só haveria literatura digna de nome em países cuja viabilidade não estivesse em dúvida, Europa Ocidental, se estendendo para a Rússia e, com ressalvas, para os Estados Unidos, menos pela força daquela potência e mais por causa de sua adolescência. Viabilidade quer dizer autonomia política, existência de uma sociedade coesa, industriosa e possuidora de originalidade cultural. Em virtude disso a militância da Escola do Recife, e agregados, seria para descobrir ou constituir a identidade nacional pela qual se formaria uma cultura e a necessidade de sua manutenção. Quer dizer, manter o quadro cultural e exaltar a identidade nacional, como algo original e diferente dos outros membros do sistema internacional, exigiria consciência política e apego a concepções de poder, de diplomacia e geopolítica.

Em linhas gerais, o Brasil deveria reconhecer o ambiente internacional do qual fazia parte e, ao mesmo tempo, procurar demonstrar importância como Estado nacional por meio de seu “capital político-cultural” em face de vários homônimos que estariam fazendo a mesma coisa; consolidar suas posições em um sistema ambíguo que na mesma sintonia guarda momentos para a competição e cooperação comerciais, disputas territoriais, alianças e guerras. Na versão de Haslam seriam elementos inerentes de um sistema internacional que desembocaria na formulada chamada *equilíbrio de poder* que, contrariando o lugar-comum, teria na força militar somente um dos componentes. Junto com o poder bélico haveria competição econômica, preeminência ideológica etc (HASLAM, 2006: 147).

Durante a fase imperial o Brasil projetou imagem de potência estabilizadora na América do Sul. A política exterior de Pedro II fora importante para refrear ambições expansionistas de Buenos Aires, no período Rosas, e manter sobretudo a integridade dos vizinhos menores, Uruguai e Paraguai. Algumas observações opinam que a diplomacia do Império exercia distanciamento relativo no subcontinente para sobressair politicamente sobre as repúblicas. Era o tempo de “isolacionismo” brasileiro que preferia olhar à distância a ter que comungar de temas e questões que não lhes interessavam. O prestígio que pairava sobre o Brasil se devia em grande parte à figura do soberano, o monarca culto e industrioso que recebia solicitações de conselho e de arbitragem para resolver difíceis conflitos na Europa. Uma grande honraria, como relata José Murilo de Carvalho em elogiado livro biográfico sobre o imperador (CARVALHO: 2007: 169).

A contradição residia exatamente nisso. A realidade geopolítica brasileira era aquela da América do Sul, onde o País exercia influência por meio de seus mais notados diplomatas e pela Armada de razoável capacidade de ação. Mas no quesito internacional, da *realpolitik*, o Brasil era neófito em face das grandes potências mundiais e dos ardis nem sempre velados que elas exprimiam para conseguir seus objetivos. Os Estados Unidos haviam partido na frente para se candidatar a potência de primeira linha à medida que penetrava no Caribe e no oceano Pacífico, fazendo valer seu destino manifesto ao tomar Porto Rico, Havaí e pressionar diretamente o Japão e o Chile.

O aquecimento das competições internacionais das grandes potências havia adentrado no América do Sul. Região que havia experimentado alguma calma, tendo apenas a presença britânica durante décadas, agora se vê na expectativa dos Estados Unidos e demais potências. Com o esgotamento de maiores ganhos na África e Ásia podia-se encontrar na América do Sul compensação para equilibrar o jogo na Europa. O alerta sobre o possível perigo de o Brasil ser vitimado por algum imperialismo solto foi dado também por Silvio Romero, cujo temor não era tanto dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha. Ao constatar o avanço colonial alemão pelo mundo, superando antigas potências escreve:

“O *Deutschtum* pelo mundo em fora é uma aspiração ousada, sem dúvida, mas irrealizável no sentido político, ao que se pode supor; no Brasil, infelizmente, para o nosso ponto de vista nacional, ele é uma realidade... Cresce todos os dias e há de chegar, não muito longe, a ser ameaçador. Ninguém se iluda com as blandícias e negativas da diplomacia” (Romero: 1979: 242).

Seguindo o exemplo de Romero, desconfiado das atitudes germânicas na região Sul do Brasil, Alberto Torres torna-se observador arguto da vida política e econômica do País. Nos primeiros anos do século XX ainda se poderia encontrar teorias e opiniões segundo as quais a sorte brasileira estaria hipotecada em virtude de sua mistura de raças. Três correntes que, no fundo, não seriam críveis em mesclas para o aparecimento de um ser positivo e industrioso. O mulato seria então a amostra de uma sociedade que, partindo de sua síntese étnica, não poderia demonstrar elevação moral e intelectual, como os europeus da Europa Ocidental: alemães, britânicos, holandeses e outros povos avançados.

Passando do deslumbramento à crítica dos modelos políticos e econômicos do mundo industrializado, entre 1870 a 1914, do recrudescimento do *neoimperialismo* ocidental à Primeira Guerra Mundial, alguns intelectuais brasileiros tencionavam rever posturas e fazer observações que confirmassem ou legitimassem a viabilidade brasileira como Estado, contando com a participação do povo que tem e sem ter de copiar instituições estrangeiras. A questão é que o argumento racial e cultural era utilizado para ascensão de uns países sobre outros, da penetração das grandes potências na América Latina e Ásia.

Pode ser que na leitura atual da geopolítica não apareçam mais itens relacionados à cultura e raça como integrantes da composição política dos Estados. O próprio conceito de raça é considerado sem valor analítico para a antropologia. Pode ser também que nos assuntos geopolíticos que passaram a se desenvolver a partir dos anos 1930 preferiu-se dar exclusividade a itens “duros”, como a preparação das forças armadas, a extração de riquezas naturais e a qualidade das alianças firmadas entre as potências. Todavia, o argumento racial e cultural foi utilizado na reflexão geopolítica no final do século XIX.

Talvez Ratzel seja ainda o teórico mais plausível para se encontrar esses argumentos. Sendo um pouco *kantiano*, na medida em que acreditava na força das ideias e da razão para fazer com que a cultura pudesse ganhar o mundo, um tipo de cosmopolitismo, o professor de geografia de Berlim, acreditava que os avanços científicos e materiais alemães poderiam ser considerados também patrimônio de outros povos. Inocentemente ou não o autor contribuiu de alguma forma para o expansionismo alemão no além-mar. Se a pátria era tão progressista na conquista dos frutos da civilização por que, então, ela não dividiria ou ajudaria outros povos a adentrarem nesse reino de luz?

Bismarck pode ter aproveitado essa boa-nova para o expansionismo germânico na África e no plano geral do *pangermanismo* a caminho do leste europeu, encostando-se no império russo para proveito do II Reich. Inicialmente, o plano de fundo cultural e civilizacional fora útil para o expansionismo alemão, britânico e belga. Como se fosse um *Cavalo de Tróia*, uma vez instalado no mundo colonial e periférico, o argumento virtuoso deixava de cumprir sua missão, talvez por se esgotar rapidamente, e abrir espaço para o automático sentimento de superioridade racial. Portanto, a preeminência de um país sobre outro cumpriria um dever universal, uma lei natural, que legitimaria a presença agressiva das potências industrializadas sobre aqueles que não estariam no mesmo nível.

Em outro diapasão, valorizar o Brasil no sistema internacional, bem como reconhecer sua importância como Estado soberano, de fato, teria que começar pelo traço mais complexo daquele momento no quesito sociocultural: a miscigenação de povos vistos por atrasados. Fazendo a relação entre cultura, poder e geopolítica (dentro do

aspecto aqui adotado) Torres entra no mérito para explicar por que não aceita a iniciativa norte-americana de *panamericanismo* e de aproveitamento de certa solidariedade continental:

“Sentimentos fictícios e solidariedades sem base, não servem todas essas convenções, senão para acumular, nas relações da vida real, motivos artificiais de ação, de que só podem resultar perturbações políticas. A aspiração de uma unidade internacional americana é uma das formas absurdas desde preconceito. A configuração geográfica da América, em longa faixa longitudinal, é um imperativo de diferenciação, jamais um determinante de unidade” (Torres, 1978: 49).

O movimento com mais afinco do pensamento nacionalista brasileiro ganhou ímpeto na primeira década do século XX. Autores como Torres se empenhavam não apenas na questão de cultura, pregando a originalidade no lugar de copiar fórmulas internacionais, ia além, caminhava para o debate sobre a melhor forma de aproveitamento da agricultura e qual seria o meio apropriado de adaptar a indústria no Brasil. A manufatura deveria cumprir papel salutar para a economia brasileira ou servir de esteio para a exclusiva maximização do capital internacional? Em uma época que não havia sido criada ainda a siderurgia Torres se preocupava com o tipo de tecnologia empregada na usina.

Um dos motivos seria a complexidade tecnológica e modelo operacional importado pelo empreendimento que, no final das contas, resolveria um problema, mas abriria outro, como a dependência do setor nacional à importação de insumos importados, caso do carvão mineral. Embora esses autores estejam relativamente fora do grande debate seus argumentos de alguma forma subsidiaram a política desenvolvimentista a partir dos anos 1930 e, por conseguinte, as posteriores reflexões da clivagem Norte/Sul.

Relação Bibliográfica

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro, Revan 2001.
- HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- MONTESQUIEU. “O Espírito das Leis”. In *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- ROMERO, Silvio. *Realidades e Ilusões do Brasil: Parlamentarismo, Presidencialismo e Outros Estudos*. Petrópolis, vozes, 1979.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1978.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Resumo

Geralmente os estudos sobre a formação da geopolítica brasileira se concentram nos itens tradicionais da matéria, territorialidade, espaço, recursos econômicos e poder militar. A intenção deste ensaio é analisar até que ponto não seria crível apontar a existência de fatores culturais que também contribuíram para a confecção do moderno pensamento geopolítico nacional, sobretudo nos primeiros anos do século XX.

Abstract

Studies on the formation of Brazilian geopolitics are usually focused on the traditional items of the subject, such as territoriality, space, economic resources and militar power. This essay aims to analyze the cutting point where it would be not believable to identify the existence of cultural factors that would also contribute to build the modern national geopolitics thinking, especially in the first years in the 20th century.

Palavras-Chave: Cultura; Pensamento Social Brasileiro; Intelectuais Brasileiros.

Words-Key: Culture; Brazilian Social Thought; Brazilian Intellectuals.

Recebido em 27/11/2014

Aprovado em 19/12/2014